

## **ELAS NO COMBATE: MEMÓRIAS DAS MULHERES SOBRE A SUA LUTA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)**

**KREUZ, Débora Strieder<sup>1</sup>; GASPAROTTO, Alessandra<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Pelotas; email: debora\_kreuz@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas; email: sanagasparotto@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História. A partir da análise e investigação sobre a luta das mulheres na resistência <sup>1</sup> à Ditadura brasileira, formulou-se a problemática de trabalho, sendo que a mesma, de forma sintética, pode ser exposta na seguinte pergunta: Possuíam as militantes dos grupos clandestinos de combate à Ditadura Civil-Militar brasileira preocupação com os temas discutidos pelos grupos feministas<sup>2</sup>, os quais estavam sendo criados em inúmeras partes do mundo?

Tal problemática derivou da observação do contexto da época, pois enquanto no Brasil se desenrolava a luta contra a Ditadura Civil-Militar, a nível mundial as mulheres saíam às ruas reivindicando seus direitos elementares.

Também pode ser destacado o fato de que só muito recentemente tal período da História Recente do Brasil tem sido objeto de pesquisa. O fato das mulheres terem participado de forma ativa, tendo papéis fundamentais em muitos grupos, igualmente não foi, sendo que muitos, inclusive, ignoram a sua participação. Tais fatores foram determinantes para a escolha da problemática ser investigada.

### **2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

A metodologia foi desenvolvida a partir da realização de entrevistas de História Oral. Foram obtidos depoimentos de três ex-militantes, as quais foram entrevistadas pela autora. São elas: Maria Amélia de Almeida Teles, mais conhecida por Amelinha, a qual militou no Partido Comunista do Brasil, até ser presa em 1972; Suzana Keninger Lisboa, que fez parte da Aliança Libertadora Nacional – ALN e Nilce Azevedo Cardoso, que fez parte da Ação Popular até ser presa em 1970. Atualmente as três militam em prol dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere à temáticas relacionadas ao período. Também foram analisadas entrevistas concedidas a outros autores e que estão em diferentes obras, como, como por exemplo, no livro *Mulheres que foram à luta armada*, de Luiz Maklouf Carvalho.

Deve-se mencionar que, ao trabalhar-se com a memória dos sujeitos, esta deve ser problematizada, tendo em vista que, segundo Pollack (1991), a mesma é articulada também de acordo com a vida presente do indivíduo. Na pesquisa proposta, foi constante a presença de memórias traumáticas, o que fez, em

<sup>1</sup> Entende-se resistência, no decorrer do trabalho, como aqueles grupos clandestinos, que, de forma armada ou não, opuseram-se à Ditadura Civil-Militar.

<sup>2</sup> Tais reivindicações são as derivadas do chamado Feminismo de Segunda Onda, compostas especialmente pela busca dos direitos sexuais, reprodutivos, dentre outros.

alguns momentos, as entrevistadas silenciarem. Como menciona Schwarzstein (2001), estes silêncios podem ser interpretados como feridas que ainda não cicatrizaram, fato que justifica ainda mais a pesquisa, tendo em vista que tal trauma foi promovido pelo Estado daquele período, que perseguiu, matou, torturou e desapareceu com muitos daqueles que militavam em busca de uma sociedade mais igualitária. Dessa forma, pretende-se 'dar voz' àquelas que, naquele momento, foram brutalmente caladas.

Analisou-se também, de forma mais efetiva, o grupo político ao qual as militantes pertenciam, especialmente a partir dos documentos das organizações, os quais estão presentes na obra de Daniel Aarão Reis Filho – *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961 - 1971*, tendo em vista que, a partir da identificação com determinada proposta, fazia-se uma opção ideológica.

Para a contextualização do Brasil na época, bem como a apresentação dos grupos mais atuantes, fez-se pesquisa bibliográfica, bem como análise de documentos das organizações supra-mencionados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, coube analisar o contexto autoritário brasileiro da época, bem como as organizações que se formaram a partir de então, especialmente as inúmeras dissidências do Partido Comunista Brasileiro, as quais ocorreram, de forma mais acentuada, após o golpe de 1964. Tais divergências versavam sobre aspectos teóricos e práticos da resistência, especialmente no tocante à luta armada como meio de combate ao autoritarismo.

Dessa forma, o debate que se estabeleceu entre tais grupos privilegiava, de forma quase que majoritária, os meios de combate à tal regime, sendo que a discussão pelas chamadas demandas específicas era considerada 'divisionista', e colocariam em risco a união daqueles que lutavam contra o autoritarismo.

Contudo, a observação do contexto de lutas feministas que se estabeleciam em diferentes locais do globo fez com que surgisse a pergunta supra-mencionada, pois o Brasil, mesmo que dentro do contexto repressivo, não estava totalmente alheio ao que ocorria.

A partir da realização da pesquisa, especialmente após a análise dos depoimentos obtidos e relatos presentes nas obras, percebeu-se que, entre tais mulheres, a grande maioria não possuía preocupação teórico/prática com questões específicas que estavam sendo discutidas pelos grupos feministas, isso pelo motivo de que a luta deveria concentrar-se na resistência ao autoritarismo vigente. No depoimento de Suzana constata-se: "A gente não viveu... eu, por exemplo, na época não tive acesso a informação de luta feminina, de luta das feministas, eu não tive acesso a nada disso."<sup>3</sup> Apenas uma das depoentes, Amelinha, desde o início da sua militância, demonstrou ter tais preocupações, especialmente no tocante ao tratamento desigual dedicado às mulheres nos diferentes espaços ocupados, quando menciona: "As minhas reivindicações era a igualdade. Igualdade ali... no tratamento, na participação, nas condições."<sup>4</sup> Nesse sentido, importante mencionar a fala de Ferreira (1996), quando afirma que se deve buscar sentido na pluralidade

<sup>3</sup> Depoimento concedido à autora. Porto Alegre: 2012. Acervo pessoal.

<sup>4</sup> Depoimento concedido à autora. Passo Fundo: 2012. Acervo pessoal.

de ‘verdades’ que brotam dos relatos orais, tendo em vista as distintas experiências de cada sujeito.

Mesmo que não lutando por demandas específicas, pode-se afirmar que algumas militantes sentiram o preconceito pelo fato de ser mulher; não somente dos agentes que atuavam nos órgãos repressivos, mas inclusive entre seus companheiros de luta, os quais não estavam acostumados com a sua presença nos locais de discussão. Fica claro que cada grupo agia de uma forma ante tantas mudanças, políticas, culturais, sociais, que aconteciam naquele momento (ALMEIDA; WEIS; 1998). Embora tal diferença no tratamento em relação às mulheres em alguns momentos fosse colocada na pauta de discussão, na maioria dos casos não era considerada ou, em última hipótese, até aceita, mas, na prática cotidiana os comportamentos arraigados e contestados no debate eram predominantes. Pode-se perceber tal atitude na fala de Amelinha: “Porque, quando eu fazia a discussão todo mundo concordava comigo, você entendeu? Mas na hora da prática voltava todo aquele comportamento. Então era muito difícil. Nossa, era muito difícil.”<sup>5</sup>

Contudo, de acordo com Ridenti (1991) a inicial participação das mulheres nos espaços públicos, antes destinados somente ao sexo masculino, representou uma ruptura significativa, embora inicial e inconsciente, de muitas práticas e paradigmas existentes, pois a sua presença, e conseqüentemente seus anseios puderam explicitar-se em diversos âmbitos da sociedade. Nesse sentido, foi dupla a mudança de paradigma, pois ao sair do espaço privado, o que era uma ruptura, entraram num âmbito tido como totalmente masculinizado – o da política.

Para Sarti (2004) a luta feminista propriamente dita, com discussões e a difusão de práticas, passou a ser privilegiada somente a partir de 1975, quando a Organização das Nações Unidas escolheu o ano como sendo o “Ano Internacional da Mulher”. Nesse contexto, as questões levantadas passaram a ter espaço próprio de debate.

#### 4. CONCLUSÃO

Após a realização da pesquisa, de forma a responder a problemática inicial, percebe-se que, naquele momento, as depoentes não se colocaram na vanguarda da luta pelos direitos das mulheres, mas sim, partilharam da luta geral contra a ditadura. Contudo, e de acordo com Ferreira (1996), o ‘aparecimento’ de tais sujeitos no espaço público fez com que suas demandas pudessem ser colocadas, embora as mesmas passassem a ser objeto de discussão, de forma mais efetiva, somente muitos anos depois. Percebeu-se o mencionado “aparecimento” quando muitas práticas, antes consideradas normais, passaram a ser objeto de questionamento, e, embora não fossem alteradas, iniciaram, em algumas, o movimento de reflexão acerca das mesmas.

Assim, dentro do contexto de inserção na pesquisa de novos sujeitos históricos, deseja-se contribuir para o processo de reflexão e problematização da participação feminina em tal período autoritário da História Recente brasileira.

---

<sup>5</sup> Depoimento concedido à autora. Passo Fundo: 2012. Acervo pessoal.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1997.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 2003, 6ª ed.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, p.3-15, 1989.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Rev, Sociol, USP, S. Paulo, 2(2): 113-128, 2.sem. 1990

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 12, pg. 35-50, maio-agosto/2004.